



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PARA A CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA EM  
SERVIÇO DE ARBITRAGEM, ORGANIZAÇÃO,  
SÚMULAS ELETRÔNICAS E JULGAMENTO  
DISCIPLINARES.**

**1.DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

1.2 O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

1.3 Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

**2.DO OBJETO**

2.1 A necessidade decorre da demanda apresentada pelo município na contratação de empresa especializadas em serviço de arbitragem, julgamento, organização e súmulas eletrônicos com intuito de promover o esporte amador visando a união e a integração da comunidade esportiva e o objetivo principal dos campeonatos Municipais de futebol de campo, que iremos promover nas categorias, INTERLIGAS, PRIMEIRA DIVISÃO FEDERADO, SEGUNDA DIVISÃO, SUB 12, SUB 15 E VETERANOS na Modalidade de FUTSAL promoveremos CAMPEONATOS MUNICIPAIS, LIVRES, BASE, EMPRESAS E VETERANOS, bem como Campeonato municipal de dominó, Campeonato municipal de Voleibol, em Santo Amaro da Imperatriz.

**3.FORMA DE CONTRATAÇÃO**

3.1 A solução que melhor atende às necessidades, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público, é a contratação indireta, por meio de Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, de empresa especializada em serviços de Arbitragem.

3.2 A escolha da modalidade Pregão Eletrônico se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133/2021.

3.3 Diante das possibilidades apresentadas pelo regulamento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço global.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

3.4 A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor custo efetivo, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos. No que se refere ao critério de seleção de licitante, será adotado o regime de Empreitada por Preço Global, conforme previsto no art. 46, inciso II, da Lei 14.133/21.

#### **4.REQUISITOS DO FORNECEDOR**

##### **4.1. Requisitos de Habilitação fiscal, social e trabalhista**

4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **5.FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

5.1 A formalização da presente contratação dar-se-á por Ata de Registro de Preços, com validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O Contrato decorrente da Ata de Registro terá sua vigência estabelecida no próximo instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

#### **6.MODELO DE GESTÃO**

6.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por sumula devidamente preenchida após cada partida realizada no decorrer do calendário esportivo desta secretaria.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

**7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;**

7.1 O Serviço deverá ser executado conforme o Calendário Esportivo da Secretaria de Esportes, obedecendo ao início dos jogos e demais eventos desenvolvidos por esta Secretaria. O serviço deverá ser executado, conforme calendário anual dos jogos, aonde constará dia, hora, local e quantidades de jogos por rodada.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

8.2 Deverá possuir licença anual de funcionamento da federação catarinense de futebol do ano vigente;

8.3 Declaração assinada por quem de direito, contendo a informação que a empresa possui em seu quadro de arbitragem, no mínimo 05 árbitros, 05 árbitros assistentes a pertencente a Federação Catarinense de Futebol (FCF) federados e 01 árbitro e 2 árbitros assistentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) confederados, formando um trio de arbitragem. A empresa deve apresentar o nome dos árbitros e a comprovação de que cumprem as exigências deste item.

8.4 Declaração assinada por quem de direito, contendo a informação que a empresa possui uma comissão disciplinar devidamente formada e nomeada por documento oficial da empresa ou entidade. A comissão deverá ser composta por 1 Presidente que obrigatoriamente deverá ser um advogado registrado na OAB-SC, 1 secretário e 3 auditores, todos com conhecimento na área do direito desportivo de Santa Catarina e do Brasil.

8.5 . Dispor de meios próprios de transporte para atendimento das suas obrigações Contratuais.

**9. REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1 Serviço de arbitragem do Campeonato Intermunicipal de Futebol de Campo na categoria Primeira Divisão Interliga, disponibilizando um árbitro, dois árbitros assistentes e um mesário para cada jogo.

9.2 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Campo na categoria Primeira Divisão Federado, disponibilizando um árbitro, dois árbitros assistentes e um mesário para cada jogo.

9.3 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Campo na categoria Segunda Divisão, disponibilizando um árbitro, dois árbitros assistentes e um mesário para cada jogo.

9.4 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Campo na categoria Veteranos (35anos), disponibilizando um árbitro, dois árbitros assistentes e um mesário para cada jogo.

9.5 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Campo na categoria SUB 15, disponibilizando um árbitro, dois árbitros assistentes e um mesário para cada jogo.

9.6 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Campo na categoria SUB 17, disponibilizando um árbitro, dois árbitros assistentes e um mesário para cada jogo.

9.7 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, na categoria Empresas, disponibilizando dois árbitros e um mesário para cada jogo.

9.8 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, categoria Veteranos, disponibilizando dois árbitros e um mesário para cada jogo.

9.9 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal na categoria livre, disponibilizando dois árbitros e um mesário para cada jogo.

9.10 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Voleibol, categoria Livre, masculino e feminino, disponibilizando dois árbitros e um mesário para cada jogo.

9.11 Serviço de arbitragem do Campeonato Municipal de Dominó, categoria Livre, masculino e feminino,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

## **10.PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

10.1. Se o licitante vencedor se recusara receber a autorização de fornecimento injustificadamente, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis;

10.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.3. Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

## **11.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária:  
**15.001.2.123-3390.39.99 (124.1.501.7000.000)**

## **12.FORMA DE PAGAMENTO**

12. O pagamento será efetuado após a realização de cada fase, conforme relatório encaminhado pelo Setor de Esportes;

12.2 A Fatura/nota fiscal dos serviços será emitida após a realização de cada fase, sendo que na mesma será destacada para desconto atribuição incidente, acompanhando ainda de relatório de descrição dos serviços e relatório fotográfico assinada pelo responsável da Secretaria

12.3 Fica estabelecido que os preços constantes da proposta da PROPONENTE incluem a todos os custos diretos e indiretos necessários à entrega do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida

## **13.CONDIÇÕES DE REAJUSTE**

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, após 1(um) ano, e independente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **14.GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Não se aplica.

## **15.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS**

15.1. Item sem especificação técnica detalhada.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

**16.QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTE
1	Arbitragem do campeonato intermunicipal de futebol de campo categoria primeira divisão interligas federado,	Jogos	08
2	Campeonato Municipal de futebol categoria PRIMEIRA DIVISÃO registrado na Federação Catarinense de Futebol;	Jogos	32
3	Campeonato Municipal de futebol categoria 2ª DIVISÃO;	Jogos	22
4	Campeonato Municipal de futebol na categoria Veteranos	Jogos	22
5	Campeonato Municipal de futebol na categoria Sub 12	Jogos	12
6	Campeonato Municipal de futebol na categoria Sub 15	Jogos	12
7	Campeonato Municipal de Futsal de categoria de base	Jogos	26
8	Campeonato Municipal de Futsal de Empresas	Jogos	32
9	Campeonato Municipal de Futsal categoria veteranos	Jogos	16
10	Campeonato Municipal de Futsal categoria livre	Jogos	20
11	Campeonato Municipal de Voleibol categoria livre	Jogos	20
12	Jogos escolares municipal	Jogos	88
13	Campeonato Municipal de dominó categoria livre	Etapa s	9
14	Comissão Disciplinar para Julgar os fatos ocorridos nas competiçõesde futebol e de futsal	Unid	3
15	Taxa administrativa dos campeonatos acima relacionados	Unid	1

**17.CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 09 de julho de 2024.

**Jucilei Roberto Forster**  
Secretário de Esportes

